



METRO DO PORTO, S.A.

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONSELHO FISCAL

RELATIVO AO PERÍODO

1 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014



METRO DO PORTO, S.A.

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONSELHO FISCAL

RELATIVO AO PERÍODO

1 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ÍNDICE

	Página
1. Introdução	3
2. Factos relevantes	4
3. Ótica patrimonial	5
4. Ótica orçamental	12
5. Cumprimento de determinações legais	14
6. Notas finais	16
7. Anexos	18



1. INTRODUÇÃO

A Metro do Porto, S.A. (adiante designada por Metro do Porto) foi constituída em 1993 e tem por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto (AMP), bem como a construção das infraestruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante.

A sociedade Metro do Porto apresenta a seguinte estrutura acionista:

Acionistas	Participação no Capital
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP – Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Município de Gondomar	0,0001%
Município da Maia	0,0001%
Município de Matosinhos	0,0001%
Município do Porto	0,0001%
Município da Póvoa de Varzim	0,0001%
Município de Vila do Conde	0,0001%
Município de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Os acionistas da Metro do Porto celebraram um Acordo Parassocial, instituído pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, cuja revisão, embora prevista, não foi concretizada.

Conforme disposto no Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, o qual foi objeto de diversas alterações, a concessão do sistema de metro ligeiro na AMP foi atribuída à Metro do Porto por um período de 50 anos.



Nos termos da Base XIII das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto (Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro), foi estabelecido que o financiamento da concessão é assegurado:

- Pelas receitas decorrentes da atividade da concessionária;
- Pelas dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus acionistas;
- Eventualmente, pelo produto de empréstimos a contrair pela Metro do Porto.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º dos Estatutos da Metro do Porto, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, procedemos à elaboração do relatório do Conselho Fiscal referente ao quarto trimestre de 2014, pese embora termos já apresentado os relatórios e pareceres do Conselho Fiscal sobre os relatórios e contas individual e consolidado referentes ao exercício de 2014 aprovados em Assembleia Geral de 26 de Maio de 2015.

2. FACTOS RELEVANTES

Do acompanhamento efetuado à atividade desenvolvida pela Metro do Porto no quarto trimestre de 2014, entendemos dever destacar os seguintes aspetos:

- A decisão de adjudicação do concurso público para as subconcessões dos sistemas de transporte da Metro do Porto e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., que havia sido lançado em agosto de 2014, foi tomada apenas a 16 de janeiro de 2015, devido a diversas situações. Consequentemente, não foi possível o arranque da operação do novo subconcessionário na data inicialmente prevista (1 de janeiro de 2015). De modo a assegurar a continuidade da operação do sistema de metro ligeiro, foi celebrado um aditamento ao Contrato de Subconcessão com a Prometro, S.A., extendendo o prazo de vigência do contrato, que deveria ter terminado no final de 2014;
- Em 10 de dezembro de 2014, foi formalizado com o Estado Português um aditamento ao contrato de serviço público, que havia sido assinado em Agosto passado, no qual foi fixada a sua entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2015, tendo sido salvaguardado que uma alteração substancial dos pressupostos do contrato implicará uma revisão da regra de não atribuição de indemnizações compensatórias. Segundo informação do Tribunal de Contas, este contrato não estará sujeito a fiscalização prévia;
- Foi atingido em 2014 um novo recorde ao nível da procura do sistema de metro ligeiro, medido através do número de validações, o qual cresceu 1,8% face ao ano
- Embora mantendo-se em vigor o programa de saídas voluntárias de colaboradores, não foram celebrados acordos adicionais de rescisão de contrato de trabalho no 4º trimestre de 2014;
- Relativamente ao litígio instaurado entre a Metro do Porto e a Prometro, S.A., no que respeita ao cálculo e modo de cobrança do mecanismo de bónus/malus previsto no contrato de subconcessão da operação e manutenção do sistema de metro ligeiro, prossegue a ação principal interposta no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto;



- Prosseguem os seus termos os processos judiciais interpostos pelo Santander relativamente aos contratos de instrumentos financeiros derivados (*swaps* de taxa de juro), bem como as impugnações judiciais interpostas pela Metro do Porto respeitantes a liquidações adicionais de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), entretanto pagas.

3. ÓTICA PATRIMONIAL

Em anexo a este relatório são apresentados o Balanço e a Demonstração dos resultados por naturezas da Metro do Porto, reportados a 31 de dezembro de 2014, elaborados nos termos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).

Ao Conselho Fiscal foi disponibilizada toda a informação solicitada, nomeadamente os balancetes mensais, as notas técnicas respeitantes à informação mensal operacional e financeira e as atas do Conselho de Administração. As questões suscitadas foram devidamente esclarecidas em reuniões com os administradores e responsáveis pelos serviços. O Revisor Oficial de Contas, membro deste Conselho Fiscal, transmitiu as conclusões apuradas no trabalho de revisão legal das contas relativas ao trimestre em apreciação.

Procedemos à análise comparativa dos saldos das contas do final do período, a qual pode ser apreciada nas demonstrações financeiras apresentadas em anexo, da qual será de destacar o seguinte:

3.1 CONTAS DE BALANÇO

3.1.1 Ativos intangíveis

A evolução da rubrica “Ativos intangíveis” no quarto trimestre foi a seguinte:

Ativos intangíveis	31-12-2014	30-09-2014	Variação
Programas de computador	284	274	10
Ativos fixos reversíveis	2.530.222	2.532.485	-2.263
Amortizações acumuladas	-534.140	-519.411	-14.729
Em curso	72.256	93.634	-21.378
Total	2.068.622	2.106.983	-38.361

(Valores em milhares de euros)

O saldo desta rubrica reflete as amortizações registadas no período em análise, bem como o impacto da redução da provisão reconhecida no âmbito do processo de impugnação judicial das liquidações adicionais de IVA (cerca de 20,1 M€) e que reflete a expectativa da Administração face ao desfecho destes processos.



3.1.2 Clientes

A rubrica “Clientes” apresentou um aumento significativo do seu saldo, conforme pode ser apreciado no quadro seguinte:

Clientes	31-12-2014	30-09-2014	Variação
Clientes – atividades de investimento	54	1.726	-1.672
Clientes – atividades de exploração	36.570	15.349	21.221
Clientes em mora	1.930	275	1.655
Perdas por imparidade acumuladas	-1.046	-219	-827
Total	37.507	17.131	20.376

(Valores em milhares de euros)

A variação positiva registada resulta da anulação do encontro de contas registado na conta corrente da Prometro, procedimento que tinha sido adotado para cobrar os débitos do malus de 2010 a 2012, apurados no âmbito do contrato de subconcessão.

A perda por imparidade acumulada de dívidas a receber foi reforçada no montante de 827 m€, refletindo o risco de os créditos não virem a ser recuperáveis, face à mora dos mesmos.

3.1.3 Provisões

No período em análise assistiu-se ao reforço do valor acumulado das provisões, o qual apresenta a seguinte decomposição:

Provisões	31-12-2014	30-09-2014	Variação
Renovação dos ativos da concessão (IFRIC 12)	485.754	378.939	106.812
Outras provisões	49.880	78.000	-28.120
Total	535.634	456.939	78.695

(Valores em milhares de euros)

A principal variação respeita à provisão reconhecida para fazer face à responsabilidade de renovação dos ativos da concessão, a qual decorre da disposição prevista nas Bases de Concessão, que estipula que os bens a esta afetos reverterem para o Estado no final do período de concessão, em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção. O reforço registado decorre essencialmente do impacto da atualização financeira da provisão (cerca de 98 M€), o qual afetou negativamente os resultados do período.

As “outras provisões” incluem provisões para processos judiciais, onde se inclui a reconhecida relativamente ao processo de IVA em contencioso, que justifica grande parte da variação negativa registada, bem como a provisão relativa à participação no TIP, ACE.



3.1.4 Instrumentos financeiros derivados

O saldo desta rubrica reflete o justo valor da carteira de instrumentos financeiros derivados detida pela Metro do Porto (swaps de taxa de juro), reportado a 31 de dezembro, a qual não registou qualquer variação na sua carteira. O referido justo valor à data de balanço foi determinado por um avaliador independente.

De acordo com as normas contabilísticas em vigor, apenas um dos contratos de swaps de taxas de juro está classificado, do ponto de vista contabilístico, como sendo de cobertura, sendo a flutuação do seu justo valor registada por contrapartida do capital próprio. No que respeita aos restantes instrumentos financeiros detidos, a flutuação do justo valor é reconhecida por contrapartida de resultados.

O quadro seguinte apresenta a evolução desta rubrica:

Instr. Financeiros derivados	31-12-2014	30-09-2014	Variação
Médio e longo prazo	23.464	22.768	696
Curto prazo	511.717	494.387	17.330
Total passivo	535.181	517.155	18.026

(Valores em milhares de euros)

No trimestre em análise manteve-se a tendência de aumento do valor da responsabilidade decorrente destes contratos, no montante de cerca de 18 M€, do qual cerca de 0,2 M€ foi reconhecido em capitais próprios, pelos motivos acima expostos, sendo que o restante afetou o resultado apurado no período.

Dados os processos judiciais interpostos pelo Banco Santander Totta, foi mantido o procedimento de classificar como correntes (de curto prazo) as responsabilidades decorrentes dos contratos de instrumentos financeiros derivados celebrados com este banco.

3.1.5 Financiamentos Obtidos

No último trimestre de 2014, verificou-se um agravamento do saldo da rubrica "Financiamentos obtidos" em cerca de 15,3 M.

A 31 de dezembro, a decomposição do saldo da rubrica era a seguinte:

Descrição	Corrente	Não corrente
Empréstimo por obrigações	50.000	0
Empréstimos bancários	2.500	527.000
Empréstimos do Estado/DGTF	352.104	1.435.805
Banco Europeu de Investimento	45.233	620.876
Locação operacional	6.731	180.491
Total	456.568	2.764.172

(Valores em milhares de euros)



De referir que, nos termos do nº 1 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (regime jurídico do Setor Público Empresarial), a Metro do Porto encontra-se impedida de contrair novos financiamentos junto da banca, a menos que se trate de instituições financeiras de carácter multilateral. Consequentemente, a cobertura das necessidades de financiamento da empresa será assegurada por empréstimos do Estado concedidos através da DGTf.

Adicionalmente, será de salientar que não foi emitido pelo Conselho Fiscal o parecer prévio, previsto no nº 4 do artigo 33º do Decreto-Lei acima referido, relativamente aos financiamentos contraídos, em virtude de o mesmo ter sido previsto no orçamento anual aprovado da Metro do Porto.

3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

O ano de 2014 registou um acréscimo da procura, verificando-se um recorde anual do número de validações, que atingiu os 56,9 milhões, o que representa um crescimento de 1,8% do face ao ano anterior. Ao nível do indicador passageiros.Km, foi registado um aumento de 0,9% face a 2013. Esta evolução favorável da procura permitiu um crescimento da receita em 2,1%, que gerou uma melhoria da taxa de cobertura média anual da operação do Sistema em 1,6 p.p., de 89,2% em 2013 para 90,8% em 2014, não obstante o aumento de 0,2% ocorrido ao nível dos custos operacionais.

Conforme consta da demonstração dos resultados anexa, a Metro do Porto apurou um resultado operacional negativo de 85 M€, valor muito próximo do apurado em 2013, já que se verifica uma redução do resultado operacional negativo de cerca de 244 m€ (0,3%).

Contudo, ao nível do resultado líquido apurado, a evolução foi acentuadamente desfavorável (cerca de -353 M€), tendo sido apurado um resultado negativo de cerca de 400,6 M€. Este agravamento resulta essencialmente da evolução das rubricas a seguir analisadas.

3.2.1 Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de juros e gastos similares obtidos registou a seguinte evolução:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013	Variação 2014/2013	
			Valor	%
Juros obtidos	0	-83	83	100%
Liquidação de instrumentos financeiros derivados	0	145.595	-145.595	-100%
Outros rendimentos similares	291	14.258	-13.967	-98%
Total	291	159.770	-159.479	-100%

(Valores em milhares de euros)

A quebra registada em 2014 nesta rubrica ficou a dever-se essencialmente ao impacto positivo verificado em 2013, decorrente do ganho obtido com a rescisão antecipada de alguns dos contratos de instrumentos financeiros derivados então detidos.



3.2.2 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados registou uma evolução favorável, com uma redução de gastos de 41.862 m€, conforme consta do quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013	Variação 2014/2013	
			Valor	%
Juros suportados	97.681	107.348	-9.667	-9%
Liquidação de instr. financeiros	0	31.999	-31.999	-100%
Comissões de garantia	1.733	1.815	-82	-5%
Outros	75	189	-114	-60%
Total	99.489	141.351	-41.862	-30%

(Valores em milhares de euros)

3.2.3 Atualização financeira das provisões

Esta rubrica reflete o desconto temporal decorrente da atualização para o momento presente da estimativa dos valores provisionados. A evolução desfavorável registada teve um impacto negativo no resultado líquido do período de cerca de 111,9 M€.

3.2.4 Aumentos/reduções de justo valor

As flutuações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos, determinado por avaliação de entidade independente, assumiram em 2014 um impacto desfavorável nos resultados:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013	Variação 2014/2013	
			Valor	%
Perdas por redução do justo valor	118.277	0	118.277	-
Ganhos por aumento de justo valor	0	19.389	-19.389	-100%
Impacto líquido em resultados	-118.277	19.389	-137.666	-710%

(Valores em milhares de euros)

3.3 – ORÇAMENTO PARA 2014

O Orçamento, Plano de Atividades e Indicadores Previsionais de Gestão para o ano de 2014 foram aprovados em Assembleia Geral no dia 28 de maio de 2014.



3.3.1 Investimento

O quadro seguinte apresenta os valores da execução orçamental do investimento em 2014:

Descrição	Orçamento 2014	Real 2014	Execução %
Projetos já iniciados a 30-06-2007	694	1.867	269%
Protocolo MP/CMVCD de 14-03-2008	1.000	145	15%
Linha Estádio do Dragão - Fânzeres	925	497	54%
Gastos capitalizados	0	218	- -
Outros	1.221	-24.456	0%
TOTAL	3.840	-21.729	49%

(Valores em milhares de euros)

Se expurgarmos o investimento executado em 2014 do efeito da anulação das provisões constituídas em anos anteriores, verifica-se que o investimento ascendeu a 3,2M€, o que traduz uma execução do orçamento em cerca de 84%.

3.3.2 Execução do Orçamento

No que respeita ao orçamento de exploração, a execução em 2014 foi a seguinte:



Descrição	Real 2014	Orçamento 2014	Execução anual
Gastos			
Fornecimentos e serviços externos	59.770	63.863	93,6%
<i>FSE sem modelo intangível (IAS 11)</i>	56.533	60.023	94,2%
Gastos com o pessoal	4.707	4.112	114,5%
Gastos de depreciação e amortização	58.998	59.051	99,9%
Imparidades	827	0	--
Perdas por reduções de justo valor	118.277	0	--
Provisões do período	53.963	43.726	123,4%
Outros gastos e perdas	750	6.622	11,3%
Gastos e perdas de financiamento	197.469	127.704	154,6%
Imposto s/o rendimento período	45	19	236,8%
Total de gastos	494.807	305.098	162,2%
Rendimentos			
Prestações de serviços	52.473	52.800	99,4%
<i>Prest. Serv. sem mod intangível (IAS 11)</i>	49.236	48.960	100,6%
Subsídios à exploração	8.046	10.689	75,3%
Reversões	6.653	0	--
Outros rendimentos e ganhos	26.711	21.735	122,9%
Juros e outros rendimentos similares	291	89	327,0%
Total de rendimentos	94.175	85.314	110,4%
Resultado líquido do período	-400.632	-219.784	--

(Valores em milhares de euros)

Da análise do quadro acima, importa salientar o seguinte:

- Ao nível do resultado líquido do período apurado, o desvio face ao orçamento é desfavorável, sendo o resultado inferior ao orçamentado no montante de 180,8 M€ ;
- Este desvio resulta essencialmente do não cumprimento do orçamento ao nível dos gastos, já que, em termos de rendimentos, a execução orçamental foi favorável (execução de 110,4%, sendo o desvio de cerca de 8,8 M€)
- Em termos de gastos, a execução do orçamento apresenta um desvio de 189,7 M€;



- Mesmo expurgando o impacto da rubrica “Perdas por reduções de justo valor”, uma vez que, em sede de orçamento, foram excluídas eventuais flutuações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, por pressuposto assumido, verifica-se que o desvio apurado ao nível dos gastos totais foi de -71,4 M€;
- No que respeita aos gastos e perdas similares, foi apurado um desvio desfavorável de 69,8 M€, derivado essencialmente do impacto da atualização financeiras das provisões.

4. ÓTICA ORÇAMENTAL

A Metro do Porto encontra-se incluída no grupo das Entidades Públicas Reclassificadas, pelo que o seu orçamento integra o Orçamento do Estado.

Em 2014 foram apresentados quatro pedidos de alteração orçamental:

- o primeiro referente à inscrição e utilização do saldo de gerência de 2013 proveniente da fonte de financiamento 710, no valor de 34,2 M€, o qual foi devidamente autorizado;
- o segundo resultante da necessidade de dotar a participada Metro do Porto, Consultoria Unipessoal, Lda. de fundos para o cumprimento das suas obrigações fiscais, pelo que a rubrica da despesa relativa a ativos financeiros seria aumentada em mil euros, pedido este que não foi aprovado;
- o terceiro, que visa substituir o anterior, e que, para o mesmo fim, reformula a proposta de alteração, tendo obtido aprovação;
- o quarto que, face à cativação de verbas, solicita uma transferência de dotação entre rubricas, a qual, embora não aumentando a despesa, afeta os passivos financeiros. Este pedido foi aprovado.

Os quadros seguintes sintetizam os mapas de controlo da execução orçamental, reportados a 31 de dezembro de 2014:

Despesa	Dotações corrigidas	Cativos	Comprom. assumidos	Despesas pagas	Saldos	Comprom. por pagar	Grau %
- Orç. funcionamento	101.815	14.300	87.253	84.763	2.751	2.490	97%
- Orç. investimento	553.536	26.136	525.472	524.663	2.736	809	99%
Total	655.351	40.436	612.725	609.426	5.487	3.299	99%

(Valores em milhares de euros)



Receita	Previsões corrigidas	Receita por cobrar início ano	Receitas liquidadas	Receita cobrada	Receita por cobrar	Grau %
- Orç. funcionamento	92.861	45.932	78.491	87.856	36.568	95%
- Orç. investimento	562.684	1.716	528.609	529.186	1.138	94%
Total	655.545	47.648	607.100	617.042	37.706	94%

(Valores em milhares de euros)

O grau de execução global do orçamento da despesa e receita foi 99% e 94%, respetivamente. A receita cobrada foi superior à despesa paga, tendo sido gerado um excedente no montante de 7,6 M€.

Os quadros seguintes evidenciam a execução orçamental da despesa e da receita efetiva:

Despesa	Dotação disponível	Despesa paga	Saldo	% execução
Efetiva	157.939	150.183	7.754	95%
Passivos financeiros	456.976	459.243	-2.267	100%
Total	614.915	609.426	5.487	99%

(Valores em milhares de euros)

Receita	Previsão corrigida	Receita cobrada	Saldo	% execução
Efetiva	73.494	76.606	-3.112	104%
Passivos financeiros	541.615	500.000	41.615	92%
Saldo da gerência anterior	40.436	40.436	0	100%
Total	655.545	617.042	194.019	94%

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas e despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido. No final do ano, o saldo global (receita efetiva-despesa efetiva) é negativo em 73,6 M€.

O controlo orçamental e o respetivo reporte passam ainda por controlos manuais e registos extracontabilísticos, situação que, na nossa opinião, representa algum risco.



5. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS

5.1. Deveres de informação

A Metro do Porto cumpriu os deveres especiais de informação legalmente definidos. Assim, foram remetidos à Inspeção-Geral de Finanças, à Direção Geral do Tesouro e Finanças e à Secretaria de Estado do Tesouro a documentação prevista na lei.

Conforme previsto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, e dado que o prazo médio de pagamentos da Metro do Porto é superior a 60 dias, foi divulgada no sítio da Internet da empresa uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis há mais de 30 dias.

A Metro do Porto, na qualidade de Empresa Pública Reclassificada, tem procedido ao registo da informação sobre execução orçamental no suporte informático disponibilizado pela DGO.

5.2. Orientações e Objetivos de Gestão

A Metro do Porto encontra-se obrigada ao cumprimento dos objetivos fixados para o Setor Empresarial do Estado (SEE) e aos definidos pelo Plano Estratégico dos Transportes (PET), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 13 de outubro, e pelo Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI). Para o ano de 2014, não foram estabelecidos objetivos específicos, para além das metas definidas no Ofício Circular n.º 7035 da DGTF, relativo às instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2014.

5.2.1. Redução remuneratória

A Metro do Porto cumpriu com as normas de redução remuneratória dos gestores públicos e equiparados em 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, bem como de não atribuição de prémios de gestão.

Nos primeiros meses do ano, foram cumpridas as diretrizes de redução remuneratória até 12%, previstas no Orçamento do Estado para 2014. Atendendo ao disposto no Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 30 de maio, a Metro do Porto não aplicou a redução remuneratória prevista no Orçamento de Estado para 2014 no processamento de salários do mês de junho e seguintes. Em setembro, de forma proporcional, e nos meses posteriores, de forma integral, foram aplicadas as novas regras de redução remuneratória previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

5.2.2. Redução de gastos

Os objetivos a atingir ao nível da redução dos gastos encontram-se determinados no Ofício Circular n.º 7035, de 21 de novembro de 2013, da DGTF.

No que respeita aos objetivos definidos de redução dos gastos, nomeadamente ao nível dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, que deveriam ser reduzidos em 15% face a 2010, os objetivos não foram cumpridos. No entanto, as metas definidas ao nível dos gastos com comunicações, despesas com deslocações, ajudas de custo e gastos associados à frota automóvel, que não deverão ultrapassar os montantes incorridos em 2013, foram atingidas.



5.2.3. Acréscimo de Endividamento

Conforme estabelecido pelo Ofício Circular nº 7035 da DGTF acima referido, o limite máximo de acréscimo ao endividamento para 2014 é de 4%. Não obstante se ter verificado em 2014 um agravamento do nível de endividamento, o acréscimo é de apenas 1,28%, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2013	31-12-2014
Dívida remunerada	3.180.620	3.220.741
Evolução do endividamento 1		+1,26%
Dívida remunerada ajustada (*)	3.176.636	3.217.394
Evolução do endividamento 2		+1,28%
Limite máximo de variação		4%

(Valores em milhares de euros)

(*) Financiamento líquido de bonificações de juros obtidas nas operações de financiamento BEI e LEP. Nos anos anteriores, eram igualmente deduzidos os montantes contraídos para cobrir o montante não participado pelo PIDDAC e pelo QREN dos projetos João de Deus - D. João II, D. João II - Santo Ovídeo e Dragão - Venda Nova, tendo o procedimento sido alterado de acordo com as instruções que constam do Ofício Circular acima referido.

5.2.4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano.

Adotando o procedimento seguido pela Metro do Porto no cálculo do PMP, em que não é tida em consideração a dívida ao consórcio Normetro, em virtude do acordo celebrado de fecho de contas ter fixado o prazo de vencimento da dívida para 2015, a Metro do Porto apresenta a 31 de dezembro de 2014 um PMP de 65 dias, inferior em 21 dias face ao PMP apurado no ano anterior (86 dias), o que traduz o cumprimento do objetivo previsto na RCM acima referida. No entanto, se no cálculo não for excluída a referida dívida, o PMP será de 162 dias, que compara com 173 dias no final do ano anterior.

5.2.5. Princípios de bom governo

A Metro do Porto cumpre, na generalidade, os Princípios de Bom Governo fixados no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Com o relatório e contas de 2014, foi igualmente emitido o Relatório do Governo Societário, o qual respeitou genericamente a estrutura definida nas instruções da DGTF.

O Plano de Igualdade será elaborado pela Autoridade Metropolitana dos Transportes, entidade que será responsável pela criação do cargo de Provedor do cliente.



5.2.6. Unidade de tesouraria

A Metro do Porto tem procurado dar cumprimento às regras de unidade de tesouraria do Estado, mantendo em contas bancárias apenas os montantes considerados indispensáveis para evitar o descoberto bancário associado à gestão corrente da Empresa, para pagamentos a bancos e fornecedores de muito curto prazo.

De acordo com o Despacho N° 2588/14-SET, de 19 de dezembro de 2014 e ao abrigo do regime de exceção, foi autorizado à Metro do Porto a utilização da banca comercial apenas para as operações de financiamento, devendo passar a utilizar os serviços do IGCP relativos às restantes situações. A Metro do Porto tem vindo a concentrar as suas operações financeiras no IGCP.

Dada a penalização prevista na legislação em vigor para o não cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, continua a não ser reconhecido qualquer rendimento relativo aos juros bancários obtidos em 2014, os quais poderão ter de ser entregues ao Estado.

5.2.7. Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade relativo a 2014 foi aprovado pelo Conselho de Administração.

5.3. Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso

A Metro do Porto assumiu compromissos superiores aos fundos disponíveis, o que viola o disposto no n° 5 do artigo 7° do Decreto-Lei n° 127/2012, de 21 de junho, que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e à operacionalização da prestação de informação. Deste modo, foi apresentado em abril de 2014 o pedido de aumento temporário dos fundos disponíveis, o qual foi aprovado.

De referir que o controlo dos compromissos é efetuado através do recurso a ficheiros Excel, não permitindo o sistema informático o controlo automático deste tipo de informação.

6. NOTAS FINAIS

O balanço da Metro do Porto continua a apresentar capitais próprios negativos, mantendo-se o apuramento sistemático de resultados líquidos negativos. Deste modo, consideramos que a continuidade das operações da empresa dependerá da obtenção de resultados positivos no futuro e, essencialmente, da manutenção do apoio do acionista Estado, apoio esse que foi reafirmado pelo seu representante na última Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2015.

Os gastos de financiamento continuam a assumir um peso muito significativo na estrutura de gastos da Metro do Porto, penalizando os resultados apurados. A acumulação de prejuízos agravada por esta situação justifica a reformulação do modelo de financiamento da empresa.



À semelhança dos períodos anteriores, o resultado operacional continua a ser negativo, não obstante a evolução favorável da procura e o esforço de redução de gastos que tem vindo a ser desenvolvido.

Porto, 01 de junho de 2015

O Conselho Fiscal

Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins – Presidente

Dr. Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira – Vogal

António Magalhães & Carlos Santos – S.R.O.C., representada
por Dr. António Monteiro de Magalhães – R.O.C. nº179 - Vogal



7. ANEXOS



Balanço da Metro do Porto, S.A. reportado a 31 de dezembro de 2014

(Valores em milhares de euros)

RUBRICAS	31-12-2014	30-09-2014
ATIVO		
<i>Ativo não corrente</i>		
Ativos fixos tangíveis	3.117	3.105
Ativos intangíveis	2.068.622	2.106.983
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	268	254
Instrumentos financeiros derivados	0	0
	2.072.007	2.110.341
<i>Ativo corrente</i>		
Clientes	37.507	17.132
Estado e outros entes públicos	20.846	19.750
Outras contas a receber	38.918	36.852
Diferimentos	34	30
Outros ativos financeiros	7.949	9.107
Ativos não correntes detidos para venda	3	
Caixa e depósitos bancários	7.616	24.351
	112.873	107.222
Total do ativo	2.184.880	2.217.564
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	7.500	7.500
Outros instrumentos de capital próprio	225	225
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados	(20.145)	(19.518)
Resultados transitados	(2.361.616)	(2.361.616)
Ajustamentos em participações financeiras	1.146	1.282
Subsídios ao investimento	562.283	564.374
Outras variações no capital próprio	3.116	2.518
Resultado líquido do período	(400.632)	(252.922)
Total do capital próprio	(2.208.123)	(2.058.157)
Passivo		
<i>Passivo não corrente</i>		
Provisões	535.634	456.939
Financiamentos obtidos	2.764.172	3.085.741
Instrumentos financeiros derivados	23.464	22.768
	3.323.270	3.565.447
<i>Passivo corrente</i>		
Fornecedores	11.137	10.269
Fornecedores de investimentos	15.332	15.317
Estado e outros entes públicos	191	201
Financiamentos obtidos	456.569	119.693
Instrumentos financeiros derivados	511.717	494.387
Outras contas a pagar	74.606	69.997
Outros passivos financeiros	179	409
	1.069.732	710.273
Total do passivo	4.393.003	4.275.721
Total do capital próprio e do passivo	2.184.880	2.217.564



**Demonstração dos resultados por naturezas da Metro do Porto, S.A.
do período findo em 31 de dezembro de 2014**

	(Valores em milhares de euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	2014	2013
Réditos		
Serviços prestados (construção)	3.237	399
Serviços prestados (transporte)	39.646	40.089
Serviços prestados (transporte) – Regularização Tarifário Social	441	(1.586)
Serviços prestados (direitos de utilização)	8.358	8.851
Outras vendas e serviços prestados	791	756
Outros rendimentos		
Subsídios à exploração	8.046	11.536
Ganhos imputados de subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	172	79
Outros rendimentos e ganhos	26.540	23.636
Gastos e perdas		
Fornecimentos e serviços externos (construção)	(3.237)	(399)
Fornecimentos e serviços externos (operação e manutenção)	(41.168)	(41.058)
Fornecimentos e serviços externos (direitos de utilização)	(8.358)	(8.851)
Outros fornecimentos e serviços externos	(7.008)	(5.395)
Gastos com o pessoal	(4.707)	(4.892)
Imparidade de dívidas a receber	(827)	(85)
Provisões líquidas	(47.310)	(45.811)
Perdas imputadas de subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	(2)	(22)
Outros gastos e perdas	(748)	(3.582)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(26.134)	(26.337)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(58.998)	(59.038)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(85.132)	(85.375)
Juros e rendimentos similares obtidos	291	145.831
Juros e gastos similares suportados	(99.489)	(141.351)
Atualização financeira das provisões	(97.980)	13.939
Aumentos/Reduções de justo valor	(118.277)	19.389
Resultado antes de impostos	(400.587)	(47.567)
Imposto sobre o rendimento do período	(45)	(51)
Resultado líquido do período	(400.632)	(47.618)